

# Sotaques e armadilhas do inglês na ciência

■ RICHARD ROMANCINI\*

**ORTIZ, Renato (2007).**  
*A diversidade dos sotaques: o inglês e as Ciências Sociais.*  
São Paulo: Brasiliense, 231 p.

## RESUMO

O livro discute a centralidade da língua inglesa no mundo globalizado, em particular no âmbito da ciência, e os aspectos negativos ou pouco problematizados que a posição de supremacia do inglês implica para as Ciências Sociais. Para o autor, o fato dos conceitos sociológicos estarem intrinsecamente ligados a contextos específicos, que incluem o próprio idioma utilizado, torna inviável a idéia de que o inglês possa funcionar como língua franca ou universal no estudo da sociedade. A crença nessa possibilidade decorre de uma aproximação indevida entre as noções de «universal» e «global».

**Palavras-chave:** inglês, globalização, mundialização, ciência

## ABSTRACT

The book discusses the centrality of English in the globalized world, especially in the context of science, and the negative aspects or little problematised that the position of supremacy of English means for Social Sciences. For the author, the fact that sociological concepts are intrinsically linked to specific contexts, including the very language used, makes it impossible the idea that English can function as a lingua franca, or universal in the study of society. The belief in this possibility arises from an improper rapprochement between the notions of «universal» and «global».

**Key words:** English, globalization, mundialisation, science

\* Professor da Faculdade de Educação e Cultura Montessori e pesquisador do Centro de Estudos do Campo da Comunicação (ECA-USP).

“A GLOBALIZAÇÃO DECLINA-SE preferencialmente em inglês.” Essa formulação sintética e inquestionável com que se inicia o livro *A diversidade dos sotaques: o inglês e as Ciências Sociais*, de Renato Ortiz, expressa o tema central do estudo: a hegemonia do inglês no mundo contemporâneo, que produz novas hierarquias e relações de força na vida social, analisadas, em particular, no domínio da ciência. Em que medida o predomínio do inglês afeta a reflexão sobre a sociedade? Essa situação seria algo natural, justificando a substituição de outros idiomas pelo inglês, ou poderia empobrecer o conhecimento produzido pelas Ciências Sociais? Essas indagações, observa Ortiz (p. 9-10), foram pontos que orientaram sua investigação, na qual o eixo da linguagem permite sondar temas como a construção do objeto científico e as novas estruturas que determinam o trabalho intelectual. Ao mesmo tempo, o viés adotado dá continuidade a uma análise sobre a mundialização da cultura que o autor tem privilegiado em seus últimos livros, desde *Mundialização e cultura* (1994).

O trabalho está estruturado em duas partes e um texto conclusivo (“Digressão final”). Na primeira parte, chamada “Língua e sociedade”, apresenta-se um contexto histórico amplo sobre o ideal de criação de uma língua universal ou franca entre os homens, que, «na situação da globalização, transformou-se num pesadelo assustador» (p. 15), caracterizado pela dispersão e desterritorialização do inglês, que se torna, assim, uma expressão da mundialidade. Essa parte divide-se nos capítulos: Do flagelo da diversidade ao pesadelo monolíngüista e Do internacional ao mundial. A segunda parte do livro, Língua e Ciências Sociais, na qual a questão do papel do inglês na ciência é discutida, também possui dois capítulos: Ciências da natureza e Ciências sociais e cientificidade, cientometria e insensatez.

A nota marcante do livro é a reflexividade, já que se Ortiz parte de um aspecto que parece evidente a todos – a centralidade do inglês –, a construção do objeto problematiza o caráter dessa evidência, a partir de um amplo conjunto de dados empíricos, discussões conceituais e outras interpretações, com as quais debate. O autor questiona o senso comum sobre as questões abordadas, inclusive quando este possui verniz científico, mobilizando seu conhecimento dos clássicos da sociologia, mas também de uma literatura pertinente, em aspectos diversos, aos temas discutidos. Nesse sentido, chama a atenção o modo como o autor analisa certos grupos de textos, no qual são apontados limites e injunções de ordem política e ideológica, mas que se mostram capazes de condensar argumentos que heurísticamente «falam» do processo de globalização, articulando a problemática da língua a um movimento mais amplo. Esse é o caso da análise dos textos da suposta disciplina de Lingüística Aplicada chamada «inglês mundial», efetuada no segundo capítulo da primeira parte.

O movimento mais amplo destacado é justamente o da globalização, do qual decorre a pergunta: “Há alguma discrepância conceitual entre as afirmações ‘o inglês é uma língua internacional’ e ‘o inglês é uma língua global’, ou seriam elas fruto de imprecisões terminológicas sem maiores conseqüências?” (p. 73). Renato Ortiz acredita existirem diferenças substanciais, começando por mostrar a desconexão entre os estudos lingüísticos e a temática da globalização, já que as questões teóricas colocadas no âmbito do mundo global são reencontradas apenas de modo oblíquo pelos que se interessam pela «língua internacional».

De outro lado, os termos difusão e dispersão que marcam essa literatura – tanto na vertente difusionista quanto na da teoria do imperialismo – postulam a existência de um centro, a partir do qual se dá a expansão de determinado fenômeno, e a existência de fronteiras claras entre o exterior e o interior. Porém, na modernidade-mundo, é precisamente esse aspecto que se transforma, conforme a argumentação do autor. Nesta reflexão, Ortiz nota, em primeiro lugar, a partir de Durkheim e Mauss, que o espaço é uma categoria social, de modo que as transformações atuais (capitalismo flexível, indústrias culturais transnacionais etc.) afetam a maneira como ele é concebido. E por isso é importante diferenciar a internacionalização e a globalização. Enquanto a noção de internacional relaciona-se com a existência de unidades distintas (as nações), que possuem separações, limites e fronteiras, na globalização, ocorre uma mudança de perspectiva. O objeto sociológico deve ser construído agora a partir de uma totalidade que rearticula as diferentes partes do mundo contemporâneo (a nação, o local, a província). De modo que considerar o inglês uma língua internacional implica concebê-lo como uma integridade que circula entre as nações, separadas umas das outras por espaços bem definidos. A conclusão do autor é diferente, pois acredita que no contexto da globalização o inglês “deixa de ser estrangeiro, um elemento que se impõe de fora, para constituir-se em algo interno, autóctone à condição da modernidade-mundo” (p. 77). É por se desterritorializar que o inglês pode assumir uma posição hipercentral no planeta, tornando-se uma língua mundial.

Embora rejeite a rigidez do enfoque do imperialismo cultural, Renato Ortiz deixa claro que o processo de mundialização da cultura não é neutro ou harmônico; ao contrário, promove contradições, conflitos e novos tipos de legitimidade, em escala mundial. Ao adquirir ampla abrangência, a língua inglesa tornou-se uma instância mundial de consagração das expectativas lingüísticas, o que faz surgir uma nova fronteira de exclusão: desconhecer o inglês é ser analfabeto na modernidade-mundo.

Essa dimensão problemática e conflitiva encerrada no alastramento do inglês no mundo e na ciência em particular é o eixo da segunda parte do livro.

E naquele que é provavelmente o ponto alto do trabalho, o capítulo inicial dessa parte (Ciências da natureza e Ciências Sociais), Ortiz faz uma instigante discussão sobre o papel da língua na ciência, na qual a análise sociológica encaminha uma reflexão epistemológica sobre a articulação entre a linguagem e a(s) ciência(s).

Assim, o autor nota, inicialmente, que a centralidade do inglês relaciona-se a um processo, derivado da segunda Revolução Industrial, na qual a ciência e a tecnologia se aproximaram, integrando-se em um mesmo sistema, marcado pela supremacia dos Estados Unidos. Isso é evidenciado por dados estatísticos a respeito da publicação de artigos em várias áreas científicas, que mostram o crescimento do uso da língua inglesa, de modo que a utopia de uma língua universal dá lugar à hegemonia, na prática, do inglês.

Ainda que a situação apresentada receba críticas, existe relativo consenso entre os cientistas sobre o caráter eficiente do uso do inglês, que Ortiz interpreta em termos da instrumentalidade que a linguagem apresenta no discurso científico das ciências naturais. Essa dimensão funcional da linguagem e do teor do discurso nas ciências da natureza vincula-se a um tipo de uso do idioma que procura despojá-lo de toda carga sociocultural. Desse modo, são produzidas sublínguas disciplinares, nas quais as sentenças possuem posições determinadas, o que faz com que o discurso busque eliminar ao máximo suas características externas, em prol da informação. O discurso das ciências da natureza também opera a partir de uma série de interdições (o tabu do ego, da narrativa e da metáfora), relacionadas à tentativa de produzir no leitor uma idéia de objetividade. Por isso, um idioma que cumpra tais exigências pode funcionar como língua franca.

Mas isso ocorre nas Ciências Sociais? A partir de aportes como o de Jean-Claude Passeron, que lembra que os conceitos sociológicos estão vinculados a contextos particulares de pesquisa, Ortiz contesta a possibilidade de que a língua inglesa funcione como um idioma padrão das Ciências Sociais. O pensamento sociológico é

... sempre um raciocínio do entremeio, algo entre o ideal de universalidade (que é necessário) e o enraizamento dos fenômenos sociais. Mas ao contexto da pesquisa devemos acrescentar um outro, o do idioma. A língua sociológica vem marcada pelas exigências do seu suporte lingüístico. Ora, contexto e língua conjugam-se mutuamente. A construção do objeto sociológico faz-se através da língua, empregar este ou aquele idioma não é algo fortuito, mera sutileza de estilo, mas uma dimensão decisiva na formulação final. O discurso das ciências da natureza justifica-se porque consegue reduzir a linguagem, depurá-la de sua ganga

sociocultural, algo impensável no que diz respeito à compreensão da sociedade. Neste caso, o inglês não pode funcionar como língua franca, não por uma questão de princípio moral ou de orgulho nacional, mas em virtude da própria natureza do saber construído (p. 105-106).

O autor fornece exemplos dessa característica das Ciências Sociais – que tornam as traduções sempre mais custosas e menos imediatas, em comparação com as da ciências da natureza. Entre eles, o da própria gênese do conceito de “mundialização”, elaborado por Ortiz para referir-se à dimensão cultural (não homogeneizada) do mundo em processo de “globalização”, conceito que, por sua vez, está ligado a uma idéia de unicidade e uniformização em aspectos como a economia e a técnica.

Porém, retomando o eixo mais sociológico da discussão, Ortiz apresenta índices de publicação e citação de obras em inglês que mostram, a despeito da inconsistência com os padrões das Ciências Sociais, uma tendência geral deste idioma a impor-se como a língua franca dos estudos (ressalvadas certas diferenças em função de disciplinas e áreas de conhecimento). E, diante da diversidade dos sotaques, uma única língua desfruta de uma autoridade, capaz de estabelecer uma sutil hierarquia, posicionando-se no pólo dominante das relações lingüísticas.

A tentativa de explicar essa situação é o aspecto que dá unidade ao capítulo seguinte do livro (Cientificidade, cientometria e insensatez), que tem como argumento principal a idéia de que a generalização de certos padrões, naturalizados e assumidos com baixa criticidade no âmbito das ciências, tem favorecido o uso do inglês. Assim, o uso das análises quantitativas da ciência, derivada da aproximação entre a sociologia funcionalista e a cientometria, postula uma unicidade científica que tende a reificar a produção do conhecimento, já que essa atividade passa a ser visualizada somente em termos de seus produtos (textos publicados ou descobertas). A «insensatez» estaria não no uso do método quantitativo, mas em perceber os indicadores como a própria realidade do campo científico. No entanto, este é atravessado por disputas, nas quais os agentes buscam acumular capital simbólico, conquistando maior autoridade. Desse modo, nos processos de avaliação introduzidos por instâncias internas, o ideal quantitativo é reapropriado pelos pesquisadores, na disputa concorrencial por melhores posições no campo, e tal enfoque adquire legitimidade institucional. Para efeito da discussão do autor, o que interessa ressaltar é que a língua inglesa torna-se, nesse contexto, uma estratégia de maximização dos lucros dos agentes, já que o inglês permite ao pesquisador aferir maiores rendimentos.

O que há de particularmente negativo em tal lógica é a institucionalização, em larga escala, do que Merton chamava de “efeito Mateus” (devido à passagem do Evangelho na qual São Mateus afirma: “Para aquele que tem muito será dado, ele terá abundância; para o que nada tem dele será retirado até mesmo o que possui”), que se articula a partir de toda uma cadeia de eventos: excelência – reconhecimento – visibilidade – citações – idioma. Nesse processo, no qual os termos não possuem identidade autônoma, a completude do ciclo é favorecida pela utilização da língua inglesa.

Ocorre, pois, uma contínua desvalorização dos outros idiomas, evidenciada, por exemplo, na composição das revistas constituintes de bases de dados, como as do *Institute for Science Information* (ISI), marcadas pela distorção lingüística, o que não tem impedido seu uso como instrumento de mediação e critério de distribuição de capital simbólico. Ortiz ressalta que nesse modelo a “centralidade no mercado mundial de bens lingüísticos implica o fortalecimento de poucas nações” (p. 172), por isso, o uso indiscriminado de tais índices mostraria, nos países periféricos ao sistema, uma internalização de critérios de dominação. Esse é um exemplo significativo do tipo de análise que Ortiz busca realizar, partindo da totalidade da globalização para, assim, compreender dinâmicas locais afetadas por ela. Nesse sentido, ele nota que a configuração do mercado lingüístico transnacional promove ao centro determinados países (Estados Unidos, mas não a Rodésia, apesar do mesmo idioma) e expelle outros para sua margem (mais a Espanha e menos a Dinamarca).

Ao término do livro, em sua “Digressão final”, o autor elabora uma tentativa de explicar o motivo pelo qual, apesar das insuficiências discutidas, o inglês torna-se dominante nas Ciências Sociais. Isso estaria relacionado à capacidade de o inglês “pautar” o debate em escala mundial, selecionando e tornando visíveis certos temas. O que apresenta a característica negativa da padronização que produz consensos acríticos, “um senso comum planetário, um saber mineralizado que não mais duvida de si mesmo” (p. 189). Essa tendência à padronização e à pacificação torna-se corrente no universo das Humanidades, para o autor. E isso faz com que determinados procedimentos metodológicos e problemáticas (exemplificadas no caso dos “estudos culturais” e do “multiculturalismo”) sejam pensados de maneira descontextualizada em relação aos seus âmbitos de origem, impondo-se como “universais”. O que é possível em razão de uma equivalência indevida entre as noções de globalização e universalização. Essa aproximação seria problemática por derivar da tentação de uma metáfora espacial, ignorando que o “universal” é uma categoria filosófica, enquanto o “global” remete a um âmbito sociológico.

Ao inserir a universalidade da ciência na língua e não nos critérios impessoais preestabelecidos aos quais os argumentos com pretensão à verdade devem ser submetidos, tais imperativos mais específicos do universo científico ficam em segundo plano. Isso promove a ilusão coletiva de que o universal é o que é veiculado em inglês, enquanto o provincianismo define os outros idiomas.

Contra essa e outras armadilhas, *A diversidade dos sotaques* previne seus leitores e interlocutores, entre os quais certamente estão aqueles interessados na questão da avaliação científica, seu significado e suas possibilidades, em particular nas Ciências Sociais. Nessa direção, dado que o tema da avaliação encerra não só uma dimensão de “gestão técnica” da ciência, mas também aspectos sociais e éticos, em termos internos (entre os pesquisadores) e externos (na relação entre ciência e a sociedade), será interessante acompanhar possíveis prolongamentos da reflexão do próprio Renato Ortiz, a respeito desse aspecto, e os debates que o livro pode estimular quanto a isso. **M**

---

Resenha recebida em 15 de agosto e aprovada em 29 de setembro de 2008.